

CARTA ABERTA EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA E CONTRA OS RETROCESSOS NA SAÚDE MENTAL EM MATO GROSSO

Senhores(as) Gestores(as),

Considerando a Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Considerando a Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Considerando a Portaria Ministerial nº 1028/2005, que regulamenta as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência.

Considerando que a Política Nacional de Saúde Mental alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica faz a indicação clara da necessidade de redução progressiva de leitos psiquiátricos e a desinstitucionalização de pessoas em longa permanência de internação;

Considerando a Portaria Ministerial nº 3088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.840, 2014, que cria o Programa de Desinstitucionalização integrante do componente Estratégias de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui o respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando as diretrizes do estado de Mato Grosso, em consonância com as diretrizes nacionais, tais como, a Política Estadual de Saúde Mental (Resolução

CIB/SES/MT 014/2011) e a Lei Estadual de Saúde Mental (Lei Complementar Nº 465/2012).

Considerando os três (3) últimos Relatórios do Programa Nacional de Avaliação de Serviços Hospitalares - Psiquiatria/(PNASH) 1998, 2008 e 2012, que recomendam o fechamento do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho pelas condições depauperantes e asilares das instalações;

Considerando a comprovada ineficiência do modelo assistencial biologicista, que considera a internação hospitalar a única forma de assistência em saúde mental, mas que ao longo de tantos anos tem se mostra violento, iatrogênico, cronificante, incapacitante e segregador;

Considerando a histórica violação dos direitos humanos e a aviltante degradação da vida impostas às pessoas institucionalizadas para tratamento nas chamadas "**instituições totais**" (instituições de violência e violação de direitos humanos, que para Irwing Goffman, possuem a mesma natureza: os presídios, os conventos e os hospitais psiquiátricos);

Considerando a prática da internação compulsória de usuários de drogas em instituições com características asilares e onde se desenvolvem práticas terapêuticas sem respaldo científico e cultural, baseado apenas no "tratamento moral" e, portanto, ético e tecnicamente condenáveis pelos órgãos nacionais e internacionais que direcionam os países nas políticas públicas, como por exemplo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS);

Considerando a nomeação do atual gestor na Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas na pessoa do **Dr. Valencius Wurch Duarte Filho**, cujo percurso profissional e assistencial diverge do processo de reforma psiquiátrica e respectivos dispositivos de cuidado. Configurando, assim, um posicionamento ideológico reacionário, contrário aos avanços técnicos e científicos no campo da saúde mental e contrário às lutas advindas da luta antimanicomial. Posicionamento esse aceitado por nossos gestores municipal e estadual, vide sua abstenção ante a esse marco de retrocesso assistencial e a

atual não implementação e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS em nosso estado/município;

A **FRENTE DE LUTA PELA SAÚDE MENTAL**, formada por cidadã e cidadãos das mais diversas áreas de atuação, profissionais da área de saúde e organizações civis, vem se posicionar e reafirmar nossa bandeira de luta "**Por uma Sociedade sem Manicômios**". Desta forma, reivindica a imediata organização, implantação e criação dos serviços substitutivos ao modelo manicomial os quais constituem a Rede de Saúde Mental conforme as diretrizes Nacionais (Portaria GM nº 3.088/2011).

Por meio desse documento, a **FRENTE DE LUTA PELA SAÚDE MENTAL** afirma seu compromisso em defender um Estado Democrático e de Direito, bem como o Sistema Único de Saúde e a Reforma Psiquiátrica Brasileira, repudiando qualquer possibilidade de retrocesso nos avanços técnicos, científicos e assistenciais alcançados em nosso estado no que tange a reforma psiquiátrica, tais como: 1) a política de privatização da saúde por meio das OSs (Organizações Sociais) implementadas em nosso estado; 2) a inclusão e o financiamento de comunidades terapêuticas (clínicas particulares que acolhem pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e drogas) na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Bem como sua regulamentação no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas por meio da resolução CONAD nº 01/2015; 3) o sucateamento das unidades de Saúde Mental em suas estruturas físicas e precarização da política de Recursos Humanos praticada em nosso estado e município.

Por tanto:

- Exigimos que nossos gestores tenham uma condução de legalidade e de respeito às práticas que são construídas por profissionais, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa no Brasil há quase 30 anos e que se evidenciaram serem as melhores em Saúde Mental;
- Exigimos que a orientação das políticas públicas de Saúde Mental, em nosso Estado e municípios, sigam os princípios que orientam o Modelo de Atenção Psicossocial e da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/2001 e Portaria GM nº 3088/2011);

- Exigimos que os recursos, o cuidado e a assistência em Saúde Mental ocorram de maneira humanizada e a salvaguardar a dignidade e os direitos humanos e civis das pessoas;
- Exigimos que seja reafirmado o caráter laico do Estado em toda sua dimensão, o que implica na negação de posições de órgãos públicos pautados em princípios religiosos e moralistas;
- Exigimos impositivamente, respaldados pela Lei Federal nº 10.216/2001 e pela Portaria GM nº 3.088/2011, que haja o fortalecimento e efetiva implementação da Rede de Atenção Psicossocial, reafirmando o papel dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como serviços substitutivos à lógica manicomial.
- Exigimos que seja reafirmado o fim da Unidade II Pascoal Ramos, exigindo Atenção Integral e ressocialização conforme Política Nacional de Atenção Integral ao "louco infrator", bem como que seja reafirmado o fechamento do pronto atendimento do CIAPS Adauto Botelho, por considerar que a manutenção de tais espaços está em detrimento da não efetivação e criação de serviços substitutivos previstos e planejados na implantação da Rede de Atenção Psicossocial com recursos federais previstos e recebidos;
- Exigimos que sejam desinstitucionalizados, imediatamente, as pessoas que hoje se encontram dentro do Hospital Adauto Botelho como "moradores", pois devido aos longos anos de aprisionamento perderam seus vínculos sócio-afetivos-familiares e não tem para onde ir. Os planos da Rede de Atenção Psicossocial contemplam encaminhamentos para estes casos. Basta operacionalizá-los;
- Exigimos que seja estabelecida uma política estadual sobre drogas pautada numa visão pluralista e no respeito aos direitos humanos, realizando o debate público sobre a questão das drogas, considerando prioritariamente ações que visem a redução de danos sociais e à saúde, abandonando definitivamente a política de internação compulsória em Comunidades Terapêuticas e qualquer outro dispositivo manicomial de pessoas com prejuízos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
- Exigimos, respaldados pela Portaria GM nº 3.088/2011, que a Rede Básica de Atenção seja efetivamente integrada como componente da RAPS, por meio de seu fortalecimento e aperfeiçoamento no que tange a atenção psicossocial e capilarização do cuidado em saúde mental.
- Exigimos que sejam efetivados atendimentos de urgência e emergência por equipes capacitadas no que diz respeito a atenção às pessoas em

sofrimento e/ou demanda decorrentes dos transtornos mentais e/ou consumo de álcool e outras drogas, respaldados pelos princípios da Reforma Psiquiátrica, priorizando, caso haja necessidade de internação hospitalar, o uso de enfermarias especializadas em hospital geral.

- Exigimos que haja incentivo às estratégias de reabilitação psicossocial mediante articulação intersetorial, principalmente com os dispositivos socioassistenciais e educacionais. Bem como incentivo à Educação Permanente em Saúde Mental, articulando com os dispositivos já existentes em nosso estado como Universidades, Escola de Saúde Pública e Comissão de Integração Ensino e Serviço.

Por fim, enquanto organização social legítima que mobiliza pela manutenção de serviços antimanicomiais de qualidade e direito de todos, exigimos que a Lei Federal nº 10.216/2001 seja cumprida e respeitada na sua íntegra, com especial atenção ao artigo 3º:

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Há que se conhecer a história, e na Saúde Mental temos história, e é através dela que nos orientamos. Há que se atualizar para saber o que recomendam as políticas e práticas desenvolvidas e cientificamente comprovadas como eficazes em saúde mental. Há que se respeitar, defender e se comprometer em cumprir a Política Nacional de Saúde Mental como política de Estado.

Em tempo, a **FRENTE DE LUTA PELA SAÚDE MENTAL** denuncia que sua gestão rompe e desrespeita todas as conquistas relacionadas acima e que foram construídas por trabalhadores(as) do SUS, bem como, por pesquisadores(as) de todo o país, conquistas transformadas em política pública de Saúde Mental, prevista em legislação. E esclarece que tais exigências configuram-se não somente uma inquietação por melhorias pontuais, mas sim uma **reivindicação** para que seja efetivada a lei e para que não tenhamos o risco de retrocessos em relação aos avanços nas políticas de saúde mental.

Cumpra-se destacar que consideramos as medidas positivas para busca implementar ações de atenção psicossocial, tais como a elaboração dos planos municipais e estaduais da RAPS. Todavia, nosso questionamento se volta a não efetivação desses planos, que se mostram estagnados ao longo dos últimos anos, favorecendo ações que implicam num retrocesso na assistência em saúde mental.

A **FRENTE DE LUTA PELA SAÚDE MENTAL** exige resposta dos gestores a esse documento público e aos itens elencados acima no prazo de **1 (um) mês**, a contar partir da entrega desse documento. E coloca-se a disposição para que possamos de forma colaborativa auxiliar na construção de efetivas ações que visem avanços na saúde mental municipal e estadual e não mais retrocessos enclausurantes.

NENHUM PASSO ATRÁS!

VIVA A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA!!!!

VIVA A LUTA ANTIMANICOMIAL!!!!

**POR UMA SOCIEDADE: LAICA LIVRE-DEMOCRÁTICA, SEM EXCLUSÃO,
SEM VIOLENCIA E SEM MANICOMIOS!!!!**

FRENTE DE LUTA PELA SAÚDE MENTAL

- Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso – CRP18
- Profissionais de saúde mental de Cuiabá e Várzea Grande
- Fórum Permanente de Saúde Mental de Cuiabá
- Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
- PET Conexões de Saberes UFMT
- Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
- Laboratório de Tecnologia, Ciência e Criação – LabTecc
- Coletivo de Saúde Mental - UFMT
- Núcleo de Estudos em Saúde Mental de Mato Grosso

- Associação Brasileira de Enfermagem - ABEN
- Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO – MT
- Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – MT
- Centro de Referência em Direitos Humanos